

Resenha do filme Ponto de Mutação de Bernt Capra

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM NOVO PARADIGMA

Ponto de Mutação de Bernt Capra é um filme que traz à tona questionamentos sobre o mundo contemporâneo, abordando de forma surpreendente assuntos como política, ecologia, tecnologia e futuro da humanidade na visão de três personagens que se encontram no castelo medieval de Saint Germain, na França: uma cientista decepcionada com o projeto Guerra nas Estrelas, um candidato à presidência dos Estados Unidos da América derrotado nas eleições e um dramaturgo em crise. Lá eles confrontam suas idéias a respeito desses temas, representando cada personagem um ponto de vista próprio, enriquecendo a abordagem do filme e permitindo a quem assiste uma reflexão das mudanças que vem ocorrendo ao redor do mundo.

O filme traça um panorama da história da humanidade, principalmente com relação ao desenvolvimento do pensamento científico, a partir do século XVII na Europa até os dias atuais, apontando aspectos importantes e envolvendo a discussão dos pontos positivos e principalmente negativos da produção científica, ao revelar, por exemplo, a crise paradigmática de valores e princípios que cercam as ciências, que são concebidas de acordo com um pensamento imediatista, marcado pelo poder e pelo lucro, além de um extremo empobrecimento das relações afetivas e sociais desprestigiando a dignidade da pessoa humana e acima de tudo a justiça social.

No filme, uma das maiores preocupações abordada pelos personagens é a questão ambiental. É sabido que o mundo hodierno apresenta um quadro de crescente aglomeração nos grandes centros em decorrência do desenvolvimento industrial e urbano acelerados, impulsionados principalmente pelo avanço do sistema capitalista. É neste sentido que a adoção de uma política ambiental consoante com o desenvolvimento econômico deve se erigir propiciando a sustentabilidade ambiental.

No entanto, o desenvolvimento econômico desordenado, quando não devidamente planejado, pode acarretar sérios riscos ao meio ambiente, considerado em toda a sua extensão. Assim, a ordem econômica não pode ser concebida desvinculada da proteção ambiental. Nesse contexto, para se obter o desenvolvimento sustentável, mister se faz à atuação do Estado.

A concepção teórica da ciência foi pautada na racionalidade parcial, concebida com base nas idéias advindas do positivismo, iluminismo e do evolucionismo, se desenvolvendo erroneamente ao prestigiar somente setores da economia e da administração, em detrimento das instâncias social e cultural. Assim, as ciências foram concebidas de acordo com o princípio da produtividade, cálculo econômico e progresso industrial, relegando questões sociais e mais precisamente o meio ambiente.

Embora a ciência ainda hoje esteja arraigada a essa concepção da racionalidade parcial, muitos acontecimentos históricos ligados à produção científica, como as bombas de Hiroshima e Nagasaki, têm feito com que os cientistas reflitam a respeito de uma mudança no pensamento científico que favoreça o avanço tecnológico e o bem estar da humanidade, pautada nos conceitos da multidimensionalidade, complexidade, holismo e totalidade, buscando a racionalidade complexa, construída a partir de um novo paradigma .

Tal idéia é coincidente com o conceito de desenvolvimento sustentável, tão almejado nos dias atuais, pois o mesmo leva em consideração os aspectos: ecológico, econômico e sociopolítico, ou seja, a multidimensionalidade, a complexidade, o holismo e a totalidade. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Uma vida melhor com a satisfação das necessidades básicas para justificar uma sadia qualidade de vida é meta imperativa para aqueles que defendem a política sustentável de desenvolvimento.

Além disso, todas as sociedades precisam de um alicerce de informação e conhecimento, de uma estrutura de leis e instituições e de políticas econômicas e sociais sólidas para poder progredir de forma racional. Qualquer programa de sustentabilidade deve abranger todos os interesses, procurando identificar e evitar os problemas antes que eles surjam, devendo ser adaptável, redirecionando continuamente o seu curso, em resposta à experiência e as novas necessidades, assegurando assim, o desenvolvimento econômico com a proteção da qualidade ambiental.

A Constituição da República visa o desenvolvimento sustentável. A leitura sistematizada das normas constitucionais nos permite extrair que o sistema confere aos cidadãos o direito ao desenvolvimento e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, buscando soluções para sua compatibilização, prevendo a intervenção do Estado no domínio econômico e a participação da população na tutela ambiental.

Para a implementação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mister se faz à elaboração de instrumentos no seio da legislação brasileira. O licenciamento ambiental é um desses instrumentos postos à disposição da Administração Pública na tutela do meio ambiente, pois baseado no poder de polícia, o Poder Público exige dos administrados o cumprimento de uma série de requisitos os quais culminarão ou não na expedição de licenças ambientais para a localização, instalação e operação de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

Contudo, para se atingir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público, além de criar leis ambientais que preservem e protejam o meio ambiente e de estabelecer mecanismos de atuação preventiva e repressiva, por parte dos órgãos ambientais competentes, deve focar também a participação popular no despertar de uma consciência ecológica para que o meio ambiente possa ser preservado para as presentes e futuras gerações.

Possibilita-se a participação popular na apresentação de projetos de leis nos âmbitos federal, estadual e municipal, na fiscalização e na execução de obras, assim como na política ambiental em discussão pública e na provocação do Poder Judiciário em busca da defesa do meio ambiente. Atualmente, a sociedade ao perceber que as questões sociais foram relegadas ao segundo plano, pressiona o Estado e pede imediata intervenção nos vários setores institucionais, reivindicando a participação social na tomada de decisões na busca do interesse público.

Esse é o tom de denúncia e de advertência do filme, pois tal forma de pensar e agir atual atinge o homem em sua própria existência. No entanto, em meio a tantas problemáticas e profundas discussões, pontos elucidativos são expostos no filme buscando a racionalidade em favor do bem estar de todos e incitando também uma nova forma de pensar, representado pela concepção do novo paradigma que proporciona a contemplação da visão holística.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.